

#### Diário Oficial do Município

joaodourado.ba.gov.br

sexta-feira, 28 de março de 2025 | Ano XI - Edição nº 01846 | Caderno 1





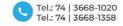
#### LEI COMPLEMENTAR N°. 741/2025 - DE 28 DE MARÇO DE 2025

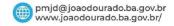
"Autoriza o executivo municipal a protestar as certidões de dívida ativa, decorrente de créditos tributários e não tributários, bem como fixa o valor mínimo para a realização da cobrança de dívida ativa da fazenda pública municipal através de execução fiscal, e dá outras providências."

#### O PREFEITO MUNICIPAL DE JOÃO DOURADO, Estado da Bahia,

faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

- **Art. 1º** Fica autorizado ao Poder Executivo Municipal encaminhar para protesto extrajudicial as Certidões de Dívida Ativa (CDA) referentes aos créditos tributários e não tributários da Fazenda Pública Municipal, bem como os títulos executivos judiciais condenatórios de quantia certa transitados em julgado.
- **Art. 2º** Compete ao Departamento de Tributação levar a protesto a Certidão de Dívida Ativa (CDA) emitida pelo setor de Dívida Ativa do Município de Joao Dourado/BA, independentemente do valor do crédito, cujos efeitos alcançarão, também, os responsáveis tributários, desde que seus nomes constem da Certidão de Dívida Ativa.
- § 1º Efetivado o protesto sem que o devedor tenha, no prazo legal, quitado o débito, a Procuradoria Municipal fica autorizada, a qualquer momento, ajuizar a ação executiva do título com todos os valores devidamente atualizados, sem prejuízo da manutenção do protesto no cartório competente.





Página 002



#### Diário Oficial do Município

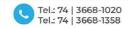
joaodourado.ba.gov.br

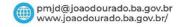
sexta-feira, 28 de março de 2025 | Ano XI - Edição nº 01846 | Caderno 1



- § 2º O Departamento de Tributação deverá realizar o protesto da Certidão de Dívida Ativa (CDA) no prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados de sua emissão.
- § 3º Cabe à Procuradoria Municipal efetuar o controle de legalidade dos títulos levados a protesto nos termos da legislação vigente.
- **Art. 3º** A existência de processo de execução fiscal em curso em favor da municipalidade, na data da publicação desta lei, não impede que o município também efetue o protesto desses créditos, com os valores devidamente atualizados.
- **Art. 4º** Uma vez quitado integralmente ou parceladamente o débito, o devedor deverá encaminhar o comprovante junto ao Tabelionato de Protesto de Títulos e Documentos e requerer que se proceda à baixa do protesto, sendo esse procedimento de exclusiva responsabilidade do devedor.
- **Art. 5°** O pagamento dos valores correspondentes aos emolumentos cartorários devidos pelo protesto dos títulos, colocação, baixa, cancelamento ou qualquer outro que venha incidir sobre o ato de protesto, serão custeadas pelo devedor, sendo devidos no momento da quitação do débito pelo devedor ou responsável.
- **Art. 6°** Com o objetivo de incentivar os meios alternativos de cobrança extrajudicial de quaisquer créditos da Fazenda Pública, o Departamento de Tributação, além de proceder ao protesto extrajudicial da Certidão da Dívida Ativa (CDA), também poderá inscrever o nome do devedor em cadastro informativo de inadimplência, público ou privado, de proteção ao crédito.
- **Parágrafo único.** O previsto neste artigo não impede o ajuizamento ou prosseguimento da ação de execução fiscal.
- **Art. 7°** Fica a Fazenda Pública Municipal, representada pela Procuradoria Municipal, autorizada a não ajuizar ações ou execuções fiscais









#### Diário Oficial do Município

joaodourado.ba.gov.br

sexta-feira, 28 de março de 2025 | Ano XI - Edição nº 01846 | Caderno 1



de débitos tributários e não tributários de valores consolidados iguais ou inferiores a R\$ 200,00 (duzentos reais).

- § 1° O valor consolidado a que se refere o *caput* é o resultante da atualização do respectivo débito principal, acrescido de juros, multas e correção monetária até a data da apuração.
- § 2º Na hipótese de existência de vários débitos de um mesmo devedor que sejam inferiores ao limite fixado no *caput* e que, consolidados por identificação de inscrição cadastral na Dívida Ativa, superarem o referido limite, deverá ser ajuizada uma única ação de execução fiscal.
- **Art. 8°** Fica autorizada a desistência das execuções fiscais já ajuizadas relativas aos débitos que estejam enquadrados dentro do limite definido pelo artigo 7° desta lei, independentemente do pagamento de honorários advocatícios pelo devedor, nos casos em que:
  - I O executado esteja em local incerto e não sabido;
- II O processo esteja suspenso nos termos do artigo 40 da Lei nº.6.830/80.

**Parágrafo único.** Na hipótese de os débitos referidos no *caput*, relativos ao mesmo devedor, superarem, somados, o limite fixado no artigo 7º desta Lei, será ajuizada nova execução fiscal, observado o prazo prescricional.

**Art. 9°** Para efeito do previsto no inciso II do § 3° do artigo 14 da Lei Complementar nº 101/2000, fica o Poder Executivo Municipal, mediante decreto, autorizado a cancelar os débitos enquadrados no limite estipulado no artigo 7°.

**Parágrafo único.** O cancelamento de que trata o *caput* deste artigo poderá ser realizado para os débitos ajuizados ou protestados extrajudicialmente, na forma desta lei.

**Art. 10.** Não serão restituídas, no todo ou em parte, quaisquer importâncias recolhidas anteriormente à vigência desta lei.









#### Diário Oficial do Município

joaodourado.ba.gov.br

sexta-feira, 28 de março de 2025 | Ano XI - Edição nº 01846 | Caderno 1

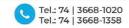


- **Art. 11.** Fica autorizado ao Chefe do Poder Executivo Municipal expedir instruções complementares ao disposto nesta lei, inclusive quanto à implantação de programas administrativos específicos para a cobrança dos débitos não sujeitos ao ajuizamento das execuções fiscais.
- **Art. 12.** Fica o Executivo Municipal autorizado a celebrar convênios com Cartórios de Tabelionato de Protesto, Instituto De Estudos De Protesto De Títulos Do Brasil e demais órgãos técnicos, visando regular a remessa e retirada de títulos, preferencialmente pela via eletrônica, assim como o procedimento para cancelamento de protesto e com os órgãos de proteção ao crédito, entre os quais o SPC, SERASA e CADIN, visando à inclusão do nome do contribuinte inadimplente por dívida ativa.
- **Art. 13.** O Município e o Tabelionato de Protestos de Títulos da Comarca de João Dourado poderão firmar contrato de prestação de serviços, com base nos termos do artigo 74 da Lei nº. 14.133/2021, dispondo sobre as condições para realização dos protestos dos títulos de que trata esta Lei, observando suas disposições.
- **Art. 14.** As despesas recorrentes da execução da presente lei ocorrerão à conta de dotação própria consignadas no orçamento vigente, suplementadas se necessário.
- Art. 15. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas todas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE JOÃO DOURADO/BA, em 28 de

março de 2025.

PREFEITO MUNICIPAL







#### Diário Oficial do Município

joaodourado.ba.gov.br

sexta-feira, 28 de março de 2025 | Ano XI - Edição nº 01846 | Caderno 1



LEI COMPLEMENTAR N°. 742/2025 - DE 28 DE MARÇO DE 2025

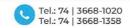
INSTITUI O PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL - REFIS, NO MUNICÍPIO DE JOÃO DOURADO E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JOÃO DOURADO, Estado da Bahia, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

**Art. 1º** Fica instituído no Município de João Dourado/BA o Programa de Recuperação Fiscal – REFIS, destinado ao pagamento ou parcelamento em até 24 meses, nas condições desta Lei, dos débitos tributários existentes em face deste Município, com a consequente regularização fiscal e recuperação de créditos do Município de João Dourado/BA, de natureza tributária, decorrentes de fatos geradores ocorridos até 31 de dezembro de 2024, inscritos ou não em dívida ativa, já parcelados ou em curso de parcelamento, inclusive com cobrança ajuizada.

- **Art. 2º** O pagamento deve ser feito mediante Documento de Arrecadação Municipal DAM, quando a opção do pagamento for à vista, e, preferencialmente, por meio de débito automático nos pagamentos parcelados, nos termos do disposto em regulamento da Secretaria de Finanças, realizados os descontos percentuais a seguir estabelecidos:
  - I 100% (cem por cento) dos acréscimos legais referentes aos débitos tributários já lançados até a data da opção, se pago à vista;









#### Diário Oficial do Município

joaodourado.ba.gov.br

sexta-feira, 28 de março de 2025 | Ano XI - Edição nº 01846 | Caderno 1

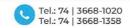


- II 70% (setenta por cento) dos acréscimos legais referentes aos débitos tributários já lançados até a data da opção, se recolhido em até 6 (seis) parcelas;
- III 60% (sessenta por cento) dos acréscimos legais referentes aos débitos tributários já lançados e os juros de mora até a data da opção, se recolhido em até 12 (doze) parcelas;

Parágrafo único. Os débitos tributários referentes ao Imposto sobre a Propriedade predial e Territorial Urbana - IPTU, cobrados diretamente aos Loteadores, existentes em face deste Município, podem ser quitados, excepcionalmente, em 12 (doze) parcelas, com descontos percentuais de 100% (cem por cento) dos acréscimos legais referentes aos débitos tributários já lançados e os juros de mora até a data da opção, decorrentes de fatos geradores ocorridos até 31 de dezembro de 2024.

- **Art. 3°.** O ingresso no REFIS dar-se-á por opção do contribuinte, que fará jus ao regime especial de consolidação e parcelamento dos débitos fiscais a que se refere o art. 1°.
- **§1º** O regime especial de consolidação e parcelamento será formalizado pelo contribuinte junto ao Departamento de Tributação Municipal, mediante o pagamento à vista ou a formalização de Termo de Confissão de Dívida.
- §2º A adesão ao REFIS está condicionada à atualização cadastral nos termos do disposto em regulamento da Secretaria de Finanças.
- §3º O débito objeto do parcelamento será consolidado na data da concessão, após o pagamento da entrada, sem a qual, o parcelamento não produzirá efeito, rescindindo-se automaticamente.









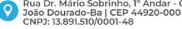
#### Diário Oficial do Município

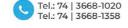
joaodourado.ba.gov.br

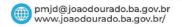
sexta-feira, 28 de março de 2025 | Ano XI - Edição nº 01846 | Caderno 1



- §4º O valor de cada prestação não poderá ser inferior a R\$ 50,00 (cinquenta reais), para a pessoa física e o MEI, e inferior a R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais) para as demais pessoas jurídicas.
- §5° Sobre os valores das parcelas previstas nesta lei, haverá incidência de correção monetária equivalente ao índice de preços ao consumidor amplo - IPCA-E, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, acumulada mensalmente.
- §6º O pagamento da entrada deverá ser efetuado no ato da formalização do pedido de parcelamento pelo contribuinte, vencendo-se as demais parcelas em até 30 dias a contar da data do pagamento da entrada.
- §7º A fruição dos benefícios previstos nesta Lei fica condicionada ainda, ao recolhimento das custas processuais e honorários advocatícios, se devidos.
- Art. 4º Fica o Poder Executivo Municipal, por intermédio da Procuradoria Geral do Município, autorizado a celebrar transação de créditos tributários terminativa de processos de execuções fiscais, na forma prevista no art. 171 da Lei Federal nº 5.172, de 25 de outubro de 1966.
- §1º A transação de créditos tributários, celebrada em juízo, deve ser realizada nos termos do disposto nos artigos 1º e 2º desta lei, sendo vedada qualquer transação que exceda as concessões definidas neste REFIS.
- §2º O Secretário de Finanças e o Procurador Geral do Município são as autoridades competentes para celebrar a transação a que se refere o caput deste artigo, podendo delegar essa atribuição, zelando pela observância dos limites estabelecidos no ato de delegação.









#### Diário Oficial do Município

joaodourado.ba.gov.br

sexta-feira, 28 de março de 2025 | Ano XI - Edição nº 01846 | Caderno 1



§3º Os honorários advocatícios devidos, serão anistiados, nos casos em que ocorrer a quitação integral do débito fiscal, nos termos do disposto no artigo segundo desta lei.

§4º É requisito necessário para a realização da transação judicial dos débitos inscritos em Dívida Ativa a desistência de todas as ações judiciais que lhe sejam correlatas e efetuar o pagamento das respectivas despesas judiciais.

Art. 5° A opção pelo REFIS sujeita o contribuinte à aceitação plena e irretratável de todos as condições estabelecidas nesta Lei e constitui confissão irrevogável da dívida relativa aos débitos tributários nele incluídos.

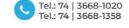
Parágrafo Único. O inadimplemento de qualquer parcela implicará na realização de protesto, na negativação do nome do Contribuinte junto aos órgãos de proteção ao crédito, e no ajuizamento da competente execução fiscal, ressalvando-se ainda, a possibilidade de exclusão do REFIS, nos termos do disposto no art. 7º da presente lei, retomando-se as ações de cobrança em face do crédito em seu valor original, sem os descontos concedidos no REFIS.

Art. 6° O sujeito passivo que desejar pagar à vista ou parcelar, na forma deste REFIS, o saldo remanescente de parcelamentos em curso deverá, no momento da adesão, formalizar a desistência desses parcelamentos.

§1º A desistência dos parcelamentos anteriores:

I - deverá ser efetuada isoladamente em relação a cada modalidade de parcelamento da qual o sujeito passivo pretenda desistir;









## Diário Oficial do Município

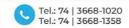
joaodourado.ba.gov.br

sexta-feira, 28 de março de 2025 | Ano XI - Edição nº 01846 | Caderno 1



- II abrangerá, obrigatoriamente, todos os débitos consolidados na respectiva modalidade de parcelamento; e
- III implicará imediata rescisão destes, considerando-se o sujeito passivo optante notificado das respectivas extinções, dispensada qualquer outra formalidade.
- §2º Os contribuintes que estiverem com parcelamento em curso, independentemente de estarem adimplentes, e tiverem outros débitos não parcelados, poderão repactuar os pagamentos, consolidando-os nos moldes definidos nesta Lei.
- **Art. 7º** Após a consolidação do parcelamento, o contribuinte será excluído do REFIS mediante ato do Secretário de Finanças, ou a quem este designar, diante da ocorrência de uma das seguintes hipóteses:
  - I inobservância de qualquer das exigências estabelecidas nesta
    I ei:
  - II falência ou extinção, pela liquidação de pessoa jurídica;
  - III inadimplência de 3 (três) parcelas, sucessivas ou não, relativamente às parcelas instituídas em face do REFIS;
- §1º A exclusão do contribuinte do REFIS acarretará a imediata exigibilidade da totalidade do débito tributário confessado e não pago, aplicando-se sobre o montante devido os acréscimos legais previstos na legislação municipal, à época da ocorrência dos respectivos fatos geradores.
- **§2º** A exclusão do contribuinte do REFIS impossibilitará nova transação e/ou novo parcelamento, ficando vedada a concessão dos benefícios a este contribuinte durante a vigência desta Lei.
- §3º A concessão do benefício de que trata esta Lei não implica, em hipótese alguma, em novação de dívida, disciplinada nos artigos 360









#### Diário Oficial do Município

joaodourado.ba.gov.br

sexta-feira, 28 de março de 2025 | Ano XI - Edição nº 01846 | Caderno 1



a 367 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que instituiu o Código Civil.

Art. 8º Está Lei será regulamentada mediante decreto.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, tendo os seus efeitos válidos por 180 (cento e oitenta) dias, podendo ser prorrogado mediante decreto.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE JOÃO DOURADO/BA, em 28 de

março de 2025.

Diamerson Costa Cardoso Dourado PREFEITO MUNICIPAL

